

## EDUCAÇÃO

## Debandada ameaça Enem

33 servidores que trabalham na realização do exame acusam gestão de desmontar o Inep

» ANA LUISA ARAUJO  
» CAMILLA GERMANO  
» BERNARDO LIMA\*

Trinta e três servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pediram, ontem, exoneração e dispensa coletiva a 13 dias para a realização da prova — prevista para 21 e 28 de novembro, que incluirá aproximadamente 3 milhões de estudantes em busca de uma vaga no ensino superior. Os funcionários desempenham funções cruciais para a realização do Enem, em áreas como planejamento, aplicação, logística, contratos e tecnologia.

O ato é um agravamento da crise que se instaurou no Inep desde o início do governo de Jair Bolsonaro. O atual presidente, Danilo Dupas, o quarto em três anos, é acusado de desmonte do órgão mais importante do MEC, assédio e desconsideração de aspectos técnicos — tal como denunciado em uma assembleia, realizada no último dia 4, pelos funcionários que integram os quadros do instituto.

## Crise

A carta de demissão coletiva diz que eles entregaram os cargos por causa da “fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep”. Os demissionários representam 20% dos atuais 164 ocupantes de cargos no instituto. Todos são servidores antigos e experientes, com várias participações em edições anteriores do Enem.

A exoneração precisa, ainda, ser aceita por Dupas e publicada. Não se sabe se os servidores serão substituídos, pois o Inep não se pronunciou sobre que medidas está tomando para contornar a crise. Mas, no site do instituto, está publicado que “o cronograma do Enem 2021 está mantido”. Já o ministro da

Divulgação Inep



Carta dos servidores que pediram exoneração acusa Dupas, 4º presidente do Inep em 3 anos, de “fragilidade técnica e administrativa”

Educação, Milton Ribeiro, disse no Twitter que “os servidores colocaram à disposição os cargos em comissão ou funções comissionadas das quais são titulares, mas que continuam à disposição para exercer as atribuições dos cargos até o momento da publicação do ato no *Diário Oficial da União*”.

Na semana passada, dois coordenadores do Inep pediram demissão: Hélio Júnio Rocha Moraes, coordenador-geral de Logística da Aplicação, e Eduardo Carvalho Sousa, coordenador-geral de Exames para Certificação. Os pedidos foram registrados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os dois trabalhavam diretamente com a organização do Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

As exonerações ocorreram um mês e meio depois do pedido de demissão de Daniel Miranda,

ex-diretor de tecnologia do instituto e responsável pela versão digital do Enem. Ele foi substituído por Roberto Santos Mendes.

## Repercussão

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Professor Israel Batista (PV-DF), entrou com um requerimento na Comissão de Educação para convocar o ministro da Educação. O documento, ao qual o *Correio Braziliense* teve acesso, também prevê um convite para ouvir esclarecimentos do presidente do Inep.

“Isso é muito grave. Estamos a poucos dias do Enem, temos aí o Enade e outras avaliações importantes prestes a acontecer, e é fundamental que a gente tome uma atitude com urgência e convide as autoridades para explicarem o que está acontecendo”, salientou. O deputado ainda

confirmou que a Frente Parlamentar Mista da Educação terá uma reunião, hoje, para tentar contornar o problema causado pela saída coletiva.

O ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, avaliou a situação afirmando que é “evidente” que as demissões traduzem um mal-estar interno no MEC e que a realização do Enem provavelmente terá “problemas sérios”. Conforme disse, a realização do exame é uma “operação de guerra”, devido à complexidade.

“Exige uma concentração muito grande com todos os encarregados. Tem toda a complexidade no encaminhamento logístico do material até os lugares, a garantia de segurança e outros fatores”, salientou.

## Temores

Integrantes da Cesgranrio,

consórcio contratado para aplicar o Enem, temem o que possa acontecer com a prova sem a interlocução e a experiência dos técnicos que saíram. Entre os que têm de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato com a Cesgranrio mais da metade pediu exoneração.

A servidora Danusa Fernandes Rufino Gomes, por exemplo, é a gestora do contrato. Já Denys Cristiano de Oliveira Machado cuida da fiscalização da base de dados sobre a distribuição das provas por sala. Vanderlei dos Reis Silva e Samuel Silva Souza são do grupo que acompanha a aplicação em tempo real e envia informações ao Inep. Também assina a carta de exoneração Andréia Santos Gonçalves, que faz a supervisão das atividades de monitoramento do Enem.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

## TURISMO

## Brasileiros estão liberados para voltar aos EUA

» CRISTIANE NOBERTO

Os Estados Unidos reabriram, ontem, suas fronteiras terrestres e aéreas a estrangeiros vacinados contra a covid-19, o que inclui os brasileiros que tenham recebido as duas doses ou a injeção única da Janssen. Dessa forma, o governo de Washington põe fim a 20 meses de restrições devido à pandemia.

A confirmação foi feita pelo porta-voz da Casa Branca, Kevin Muñoz, na manhã de ontem. “A nova política de viagens dos EUA, que exige vacinação para viajantes estrangeiros nos Estados Unidos, começará em 8 de novembro. Este anúncio e esta data se aplicam a viagens aéreas internacionais e terrestres. Essa política é pautada pela saúde pública, rigorosa e consistente (em tradução livre)”, escreveu ele, no perfil do Twitter.

O governo dos EUA aceita a entrada de visitantes internacionais que tenham tomado vacinas contra a covid-19 aprovadas pela Organização Mundial da Saúde ou pela FDA — Food and Drug Administration, entidade reguladora norte-americana equivalente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no Brasil.

Mas, para entrar nos EUA, não basta estar totalmente imunizado. É preciso apresentar o comprovante de vacinação e um teste negativo de covid-19 feito até três dias antes do embarque. Menores de 18 anos estão liberados para entrar, mas quem tem entre dois e 17 anos também tem de apresentar um teste negativo.

Também ontem, os consulados norte-americanos voltam a emitir vistos para brasileiros. O retorno do serviço também vale para quem precisa renovar o



Este anúncio e esta data se aplicam a viagens aéreas internacionais e terrestres. Essa política é pautada pela saúde pública, rigorosa e consistente”

Kevin Muñoz,  
porta-voz da Casa Branca

documento. Isso porque, desde maio do ano passado, a emissão de permissões de entrada nos EUA ocorria apenas com vagas limitadas, com prioridade para pessoas em situação de emergência — como para quem ia ao funeral de parentes, para tratamento médico e ainda os vistos estudantis).

A liberação dos brasileiros se deu em razão do ritmo de vacinação no Brasil que, atualmente, ultrapassa alguns dos dados dos próprios Estados Unidos. Por exemplo, a primeira dose já foi aplicada em cerca de 72% dos brasileiros, contra 65% dos norte-americanos.

Ainda assim, o esquema vacinal completo é maior nos EUA, com 58% da população imunizada. No Brasil, a média está próxima de 50%.

Em nota, a Embaixada dos EUA no Brasil informou que “aguarda mais detalhes sobre os procedimentos a serem adotados. À medida que forem disponibilizadas, vamos comunicar aos cidadãos brasileiros e norte-americanos”.

AFP



Funcionária de empresa aérea analisa documentação que permitirá brasileiro ingressar no país

## Confira as exigências

Ainda que os norte-americanos tenham liberado a entrada de brasileiros, a exigência do visto específico para a entrada no país é necessária. Portanto, é preciso pedir o carimbo no passaporte às representações diplomáticas dos EUA no Brasil.

Esquema vacinal completo com 15 dias ou mais da segunda dose da vacina contra a covid-19. Nenhum brasileiro

com apenas uma dose entrará nos EUA. Além disso, é preciso comprovar a imunização com carteirinha emitida por órgão competente.

As vacinas aceitas são aquelas aprovadas ou autorizadas pela FDA e integrantes da Lista de Uso de Emergência da Organização Mundial da Saúde, que inclui a Coronavac. A lista completa pode ser

acesada em <https://extranet.who.int/pqweb/vaccines/covid-19-vaccines>.

Teste PCR negativo. No momento do check-in nos EUA, é preciso estar com o teste negativo, feito no máximo três dias antes da viagem. Ainda que totalmente vacinados, sem o teste ou com o resultado positivo, não se entra no país.

## LEI ROUANET

## Frias proíbe comprovante de vacinação em eventos

» LUANA PATRIOLINO

O secretário especial da Cultura, Mario Frias, editou, ontem, uma portaria proibindo que atrações financiadas com recursos da Lei Rouanet exijam a apresentação do comprovante de imunização contra a covid-19 — o “passaporte da vacina”. Em vários locais do país, estados e municípios têm proibido o ingresso em espetáculos de pessoas que não apresentem o comprovante de ter sido imunizado com duas doses ou com a injeção única do fármaco do laboratório Janssen.

Isso significa que os organizadores do evento não poderão adotar o protocolo de pedir, por conta própria, a comprovação de imunização pelos frequentadores. Já nos casos em que o governo local exige a vacina, a Secretaria de Cultura determina que seja oferecida, simultaneamente, uma apresentação virtual do show, mostra, filme, espetáculo ou outro evento apoiado pela lei federal.

O texto publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) diz que “fica vedado pelo proponente a exigência de passaporte sanitário para a execução ou participação de evento cultural a ser realizado, sob pena de reprovação do projeto cultural e multa”.

Segundo a portaria, caso o município ou o estado exija o passaporte sanitário, “o proponente terá que adequar seu projeto ao modelo virtual, não podendo impor discriminação entre vacinados e não vacinados nos projetos financiados”.

Nos últimos meses, o presidente Jair Bolsonaro e membros do governo, além de seus apoiadores mais fiéis, têm atacado a cobrança do passaporte da vacina contra a covid-19. A medida é adotada em vários países e recomendada por especialistas para reduzir os riscos de transmissão do vírus.

## Críticas

Criticado, Frias se defendeu nas redes sociais. “A proibição do famigerado Passaporte de Vacinação, nos projetos da Lei Rouanet, visa garantir que medidas autoritárias e discriminatórias não sejam financiadas com dinheiro público federal e violem os direitos mais básicos da nossa civilização”, explicou.

O texto publicado no *DOU* não indica que a portaria terá efeito retroativo — ou seja, se os projetos em vigor também serão obrigados a deixar de exigir a comprovação de imunização. No entanto, o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciuncula, se manifestou nas redes sociais e informou que projetos em cartaz também precisarão cumprir a exigência da secretaria.

Mas, no início da tarde de ontem, a presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, Alice Portugal (PCdoB-BA), protocolou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para suspender os efeitos da portaria publicada por Frias, ainda sem data para entrar em votação.

Em setembro, Frias já tinha anunciado que não iria adotar o passaporte de vacinação. O ex-ator ainda afirmou que não aceitaria que as prefeituras passassem por cima da decisão — apesar de o Supremo Tribunal Federal ter dado autonomia aos estados e municípios para adotarem medidas contra a disseminação do novo coronavírus.

“Nenhum prefeito irá decidir o que os órgãos vinculados a mim irão ou não fazer. Não aceitarei fazer parte do teatrino autoritário sanitário”, disse.